

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO UFS

MÓDULO DISCENTE - 2016

São Cristóvão, março de 2017.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Angelo Roberto Antonioli
Reitor

Iara Maria Campelo Lima
Vice-Reitora

Marcionilo de Melo Lopes Neto
Chefe de Gabinete do Reitor

Rosalvo Ferreira Santos
Pró-Reitor de Planejamento

Abel Smith Menezes
Pró-Reitor de Administração

Mario Adriano dos Santos
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Alaíde Hermínia de Aguiar Oliveira
Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Lucindo José Quintans Júnior
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Dilton Cândido Santos Maynard
Pró-Reitor de Graduação

Antônio Ponciano Bezerra
Centro de Educação Superior a Distância

Ednalva Freire Caetano
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Antônio Américo Cardoso Júnior
Superintendente de Infraestrutura

Ângela Maria da Silva
Diretora do Hospital Universitário

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UFS
(Portaria nº275, de 31 de janeiro de 2014)

PRESIDÊNCIA

Kleber Fernandes de Oliveira
(Coordenador de Planejamento e Avaliação Acadêmica – COPAC/PROPLAN)
(Procurador Educacional Institucional)

MEMBROS DA COMISSÃO PRINCIPAL DA CPA

Kléber Fernandes de Oliveira (COPAC) – Titular
Silvania Couto da Conceição (COAVI) – Suplente
Marluce de Souza Lopes Santos (DEAPE) – Titular
Rosa Maria Viana de Bragança Garcez (DEAPE) – Suplente
Carlos Alexandre Borges Garcia (COPGD) – Titular
Marcus Eugênio Oliveira Lima (POSGRAP) – Suplente
Antonio Américo Cardoso Júnior (DCF) – Titular
Wellington Cesário (DAVD) – Suplente
Antonio Carlos Campos (DGE) – Titular
Brancilene Santos de Araujo (DFS) – Suplente
Edjanária Barbosa da Silva Borges (PROEST) – Titular
Maria Rosangela Albuquerque Melo (CODAE) – Suplente
Cristina de Assis Carvalho (BICEN) – Titular
Josinaldo Manoel Cardoso (BICEN) – Suplente
Danillo Menezes Matos – Titular
José Celso de Aquino e Sousa – Suplente
Simone Menezes Costa de Santana – Titular
Luís Henrique Silva de Araújo – Suplente

EQUIPE DE APOIO:

Anicleide Pereira da Silva (DIAVI)
Andreza Cristina do Carmo Menezes (COPAC)
Eduardo Keidin Sera Bomfim (DIAVI)

1 INTRODUÇÃO

O Processo de Avaliação Institucional na UFS constitui um importante instrumento de diagnóstico, monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico. A autoavaliação institucional é um dos componentes previstos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, prevista no Art. 3 da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

As análises desta Autoavaliação Institucional – Módulo Discente corresponde a 2ª Etapa do Plano de Atividades da CPA/UFS para o triênio 2015-2017, conforme Projeto de Autoavaliação, aprovado na reunião da CPA/UFS de 10 de dezembro de 2014. Agradecemos a equipe da Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica (COPAC), responsável direto por este sistema e processo e trabalho conjunto com esta comissão.

Na UFS, a autoavaliação Discente é regulada pela Resolução Nº 47/2013/CONPEPE, de 4 de outubro de 2013, que estabelece a aplicação deste mecanismo de avaliação durante os períodos de matrículas institucionais realizadas pelos discentes a cada início do período acadêmico, desde o primeiro período de 2015. A obrigatoriedade da realização da autoavaliação semestral pelos discentes está definida no Parágrafo 2º do Art. 36 da Resolução Nº 61/2014/CONSU, de 11 de novembro de 2014.

Esta autoavaliação é composta por três dimensões: Avaliação do desempenho docente (Anexo A), Avaliação de infraestrutura e componentes curriculares do curso (Anexo B) e Autoavaliação (Anexo C). Tal processo de avaliação é atualmente realizado on-line, via SIGAA. Isto garante maior rapidez, anonimato e comodidade no preenchimento, uma vez que o aluno pode realizar a avaliação no local e horário mais conveniente, sem que seja identificado. Todas as avaliações formam um grande banco de microdados passíveis de tratamento, análise de consistência e facilmente tabulados mediante uso de pacotes estatísticos específicos.

Apresentamos a seguir os resultados e análises divulgados pela COPAC no Relatório Institucional de Indicadores Seleccionados (RADAR) nº 1/2017¹, referente aos resultados do primeiro semestre de 2016.

2 RESULTADOS 2016.1

A autoavaliação do semestre acadêmico 2016.1 teve como público respondentes os alunos da graduação presencial dos campi de São Cristóvão,

¹ Disponível em: <http://indicadores.ufs.br/pagina/20164-radar>

Aracaju, Laranjeiras e Itabaiana, com o período de coleta das informações compreendido entre 4 e 30 de novembro de 2016, resultando no banco de dados composto por 19.951 respondentes. Ressalte-se que os campi que seguem calendário acadêmico anual, como o de Lagarto e Sertão têm períodos diferenciados de coleta, por isso não foram considerados.

2.1 Avaliação do desempenho dos docentes pelos discentes

A avaliação do desempenho dos docentes deve servir como instrumento para que os docentes reflitam sobre a sua prática didático-pedagógica, reforçando os pontos positivos e aprimorando os eventuais pontos sensíveis; além de ser uma base de informações para análises do processo de autoavaliação realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Outra finalidade da avaliação docente é a de compor os processos de progressão funcional ou de relatório de estágio probatório. Ressalta-se que o preenchimento das avaliações por parte dos alunos ocorre, via sistema, ao término de cada semestre, permite além de rapidez, segurança e obtenção sistemática de informações.

Com vistas a obter avaliações mais isentas possível, foram computadas apenas as avaliações dos alunos que lograram êxito na disciplina ministrada pelo docente.

A nota final do docente varia de 0 (menor valor) a 20 (maior valor) e os alunos são instados a avaliar pontos como: apresentação do plano da disciplina, cumprimento do total da carga horária, assiduidade, domínio e segurança acerca do conteúdo, estímulo à participação em atividades e explicação sobre os erros cometidos pelos alunos nas avaliações.

O resultado final obtido pelos docentes da UFS no semestre 2016.1 foi **18,35, numa escala de 20 pontos**, indicando que o desempenho dos docentes foi bastante satisfatório, ainda que seja importante analisar o desempenho de forma desagregada, ou seja, no âmbito departamental ou por centro.

2.2 Autoavaliação discente

A autoavaliação realizada pelo aluno além de oferecer informações relacionadas ao desempenho acadêmico possibilita à Instituição conhecer a percepção dos alunos de aspectos relativos à infraestrutura, projeto didático pedagógico e ao funcionamento dos cursos.

Conhecer a percepção dos alunos sobre a UFS é fundamental, mas também a avaliação sobre o próprio desempenho discente permite avançar para além dos indicadores agregados, uma vez o aluno é a parte nuclear de todo o

esforço institucional. Com base na coleção temporal de avaliações, pode-se monitorar os efeitos das iniciativas e ações, bem como avaliar os possíveis avanços e áreas de oportunidades.

O desempenho do aluno deve ser, conforme acentuado no PDI 2016-2020, o foco das ações institucionais. Necessário compreender que não existe um único fator determinante para o bom o desempenho do aluno e do curso, menos ainda quando o resultado obtido pelo aluno não é considerado satisfatório. Além dos fatores relacionados com as condições didático-pedagógica e de infraestrutura, estes de responsabilidade da Instituição, é preciso levar em conta características pessoais, deficiências da formação educacional básica, erros de escolha do curso, em perspectiva abrangente e multifacetada.

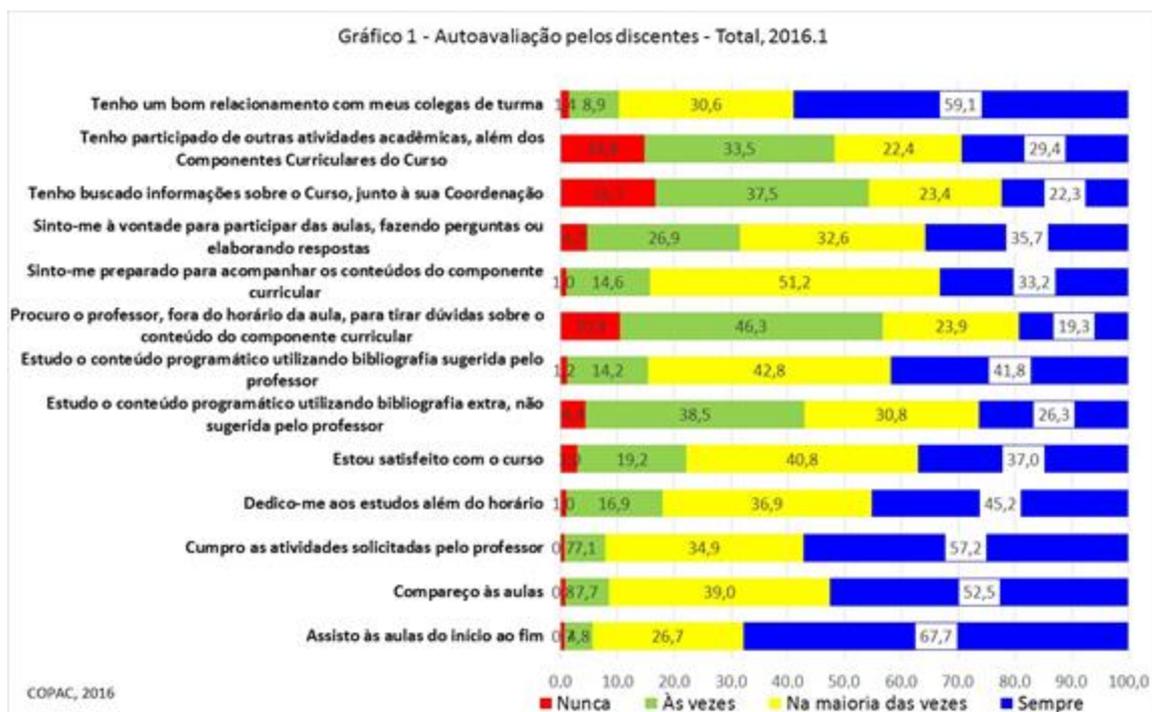
Os dados do gráfico 1 revelam “insights” relacionados com a postura dos alunos sobre sua capacidade cognitiva, comparecimento às aulas

Na questão “**sentir-se preparado para acompanhar o conteúdo**”, 33,2% afirmaram estar sempre preparados e outros 51,2%, na maioria das vezes. Os que afirmaram “às vezes” ou “nunca” representam 14,6% ou cerca de 2.913 alunos constituindo, portanto, público alvo para ações voltadas à superação das deficiências na formação educacional ou retenção e conseqüente redução da taxa de sucesso na graduação.

O comparecimento às aulas é um aspecto fundamental para o processo de ensino-aprendizagem. Assim, o “**comparecer sempre às aulas**” deveria ser mencionado pela totalidade dos alunos. No entanto, quase metade dos alunos, 47,5%, informam que faltam às aulas e, mais grave, 32,3% não assistem as aulas do início ao fim. Dito maneira direta: ou chegam atrasados ou saem antes do final da aula.

A assimilação do conteúdo ministrado em sala de aula é também resultado das atividades que o aluno realiza mediante solicitação do professor. O número de alunos que não respondem às atividades solicitadas pelo professor é significativo, em torno de 8% do total.

O número de alunos que não seguem a bibliografia sugerida pelo professor também é bastante considerável: mais de 15% não utilizam ou utilizam às vezes a bibliografia sugerida pelo professor”. Estudar é antes de tudo um procedimento de construção intelectual que exige muito mais tempo fora do que dentro da aula. Neste aspecto, chama a atenção o percentual de alunos que não estudam fora do horário de aula ou estudam apenas “às vezes” (17,9%).



A proatividade dos alunos é decisiva para melhor aproveitamento e sedimentação do conteúdo ministrado em sala de aula. O estímulo à análise crítica e a contribuição ao aprimoramento das técnicas tornam-se mais eficazes quando ocorrem interação com colegas, diálogo com docentes e dedicação extraclasse. Nesse sentido, a resposta dada à questão relativa à participação na aula, fazendo perguntas, foi mencionada como “sempre” por 35,7% e na “maioria das vezes” por 32,6% dos alunos. Contudo, quase um terço dos alunos (31,6%) responderam que não se sentem à vontade para fazer perguntas na aula.

Pouco mais de 43% dos alunos procuram com frequência o professor fora da sala de aula para tirar dúvidas ou aprofundar conhecimentos, considerando os que informaram “sempre” e “na maioria das vezes”, outros 57% o faz em situações específicas ou nunca buscou ajuda do professor fora da sala de aula. Daí a importância de o professor informar no plano de ensino o horário disponível para atendimento direto ou do monitor da disciplina.

Constata-se também baixa participação dos alunos em outras atividades acadêmicas além dos componentes curriculares. Isto reflete o grau de satisfação com o curso, a opção “sempre” que se entende por plena satisfação representa pouco mais de um terço das respostas (37%). Por esse nível de satisfação pode-se deduzir que há uma grande possibilidade de a escolha errada do curso interferir diretamente no desempenho do aluno.

As repostas espontâneas dos alunos ao processo de autoavaliação devem estimular ações que visem ampliar o grau de identificação dos alunos aos cursos, de modo a valorizar o processo de ensino-aprendizagem como uma

questão fundamental para sua inserção profissional, mas também como esforço da sociedade em prover com recursos públicos o ensino superior. O acompanhamento do processo de autoavaliação por parte dos departamentos, colegiados e núcleos estruturantes com base em diagnósticos e estatísticas registradas em cada semestre ou ciclo letivo, certamente permitirá a realização de estudos e respostas específicas para cada situação identificada. Os “insights” revelados pela autoavaliação discente no semestre 2016.1 evidenciam a clara da necessidade de aprofundamento da matéria.

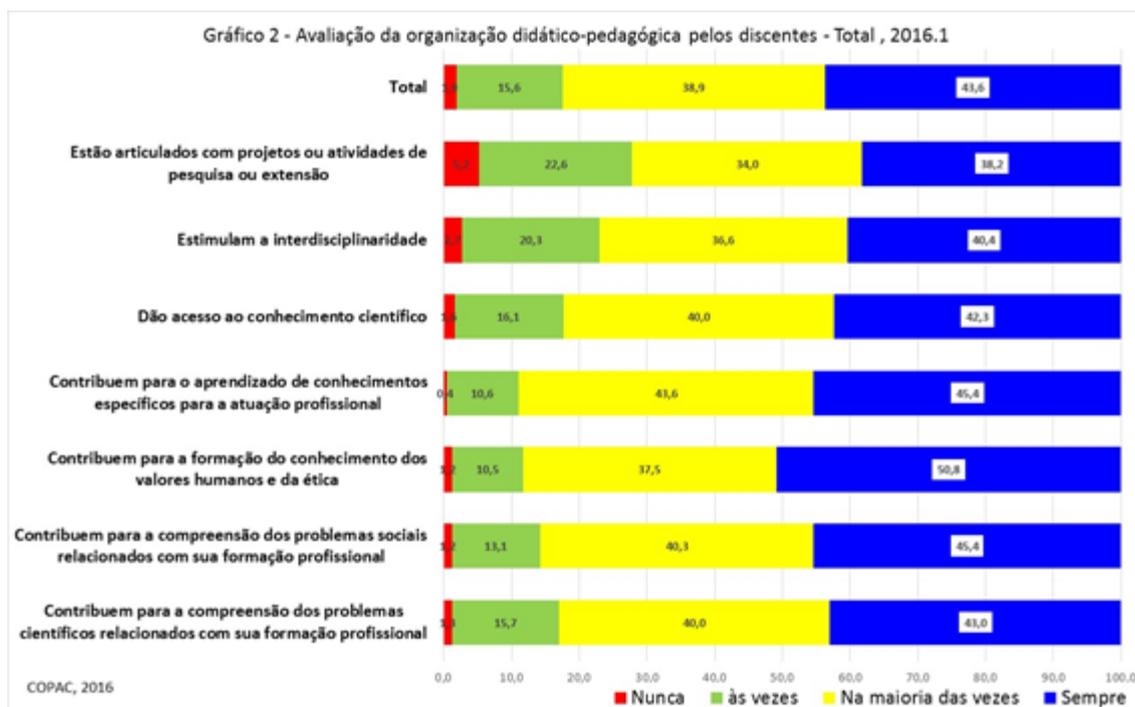
2.3 Componentes curriculares

As componentes curriculares (disciplinas, módulos, blocos e atividades acadêmicas específicas) devem atender às orientações e normas estabelecidas pelo MEC e promover o conhecimento científico e profissional, considerando o potencial de inserção profissional e a abordagem de temas de relevância social.

Reconhece-se o esforço empregado pelos Departamentos e Cursos, através de comissões específicas como NDE (Núcleo Docente Estruturante), na revisão e aprimoramento dos projetos pedagógicos de cursos, componentes curriculares e conteúdos programáticos.

Com base na percepção dos alunos (gráfico 2), pode-se inferir que a avaliação dos alunos acerca das componentes curriculares pode ser interpretada como razoável, mas que pode ser melhorada, na medida em que cerca de 45% dos alunos afirmaram que as componentes “sempre” contribuem para o aprendizado, para a formação dos valores humanos, para a compreensão dos problemas sociais, dão acesso ao conhecimento científico atualizado, estão vinculados com a pesquisa e extensão e estimulam a interdisciplinaridade.

Evidentemente, há a necessidade de aprofundar a reflexão sobre as práticas docentes e identificar com análises desagregadas por departamentos as áreas que necessitem de maior atenção e apoio pedagógico-institucional. Destaque-se, por exemplo, que os piores desempenhos na dimensão organização didático-pedagógica estão relacionados com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão com o estímulo à interdisciplinaridade. Com relação à articulação ensino, pesquisa e extensão, 27,8% responderam “às vezes” ou “nunca”. Quanto à interdisciplinaridade, percentual de alunos que informaram “às vezes” ou “nunca” é de 23%.



O percentual de alunos que não reconhecem a importância dos conteúdos adquiridos como acesso ao conhecimento científico (formação geral) e para a formação de conhecimentos específicos é preocupante. Agregando as respostas fornecidas a estas duas questões, tem-se que mais de 28% dos alunos informaram “nunca” ou “às vezes”. Embora a formulação da questão possa gerar alguma falha de interpretação, é preciso levar em conta que pouco mais de 40% consideraram “sempre”. Certamente, a baixa percepção acerca da contribuição dos conteúdos para a formação geral e específica interfere na valorização do curso por parte do aluno. Esta é uma questão importante a ser considerada em termos do impacto quanto ao desempenho do aluno e do curso no ENADE (Exame Nacional de Estudantes).

Considerando as questões agregadas relacionadas à formação ética e humana, resolução de problemas da sociedade e contribuição ao desenvolvimento científico e profissional, a percepção dos alunos também precisa ser relativizada por conta de viés interpretativo, contudo, espera-se sempre que os conteúdos propostos nos projetos didáticos pedagógicos estejam amplamente respondendo a expectativas dos alunos quanto às variáveis (questões) que compõem o processo de autoavaliação nacional. Em média, 13% dos alunos consideraram “às vezes” ou “nunca” nas questões relativas à contribuição dos conteúdos referentes à conduta ética, envolvimento nos problemas da sociedade e na relação desenvolvimento da ciência e sua formação profissional.

2.4 Infraestrutura

As questões relacionadas com a infraestrutura precisam ser identificadas a partir das características de cada curso, considerando também a interdependência entre infraestrutura, projeto didático pedagógico e desempenho discente. Apesar de se ressaltar a necessidade de refinamento das questões, sobretudo em relação a transporte e a possibilidade de haver equívoco na resposta por desconhecimento devido ao estágio do aluno (estar nos semestres iniciais) e não ter ainda contato com práticas laboratoriais, o desempenho das variáveis desta dimensão (gráfico 3) confirma os resultados do relatório da Comissão Própria de Avaliação - CPA.

A alta insatisfação com relação ao transporte pode indicar equívoco quanto à competência do tipo de transporte. Apenas o transporte previsto nas atividades de campo é de responsabilidade da UFS. De todo modo, há que se levar em conta o elevado número de alunos insatisfeitos, mais 43% responderam “às vezes” ou “nunca” para a disponibilidade de transporte.

O grau de satisfação com o os ambientes de sala de aula e com a disponibilidade de material didático, embora não seja crítico, não pode ser considerado bom. O percentual de alunos que considera insatisfatório o material didático adotado pelo professor é superior a 20%. Em relação às salas, o percentual também é expressivo, em torno de 12%. Apesar dos investimentos realizados na climatização e substituição de cadeiras com avarias (via de regra, provocadas pelos próprios usuários), o grau de satisfação das salas de aula é de menos de 40%. Neste aspecto há que considerar a possibilidade de haver uma grande insatisfação localizada em um determinado Campus ou Centro, o que pode causar um viés de baixa para o conjunto.

A disponibilidade de material de consumo é uma questão importante para o funcionamento dos cursos com atividades laboratoriais, notadamente nas ciências da saúde, da terra e natureza e nas ciências tecnológicas, embora também esteja presente em áreas humanas e de ciências sociais aplicadas. Dimensionar o tipo de material de consumo e as necessidades devem estar presentes no plano de ação de cada departamento em consonância com os projetos didáticos pedagógicos dos cursos. Planejar com antecedência é a palavra de ordem para se evitar a falta de material de consumo durante o semestre letivo.

Quanto aos laboratórios e equipamentos a insatisfação foi ainda maior. Um quarto dos alunos consideraram insatisfatória a infraestrutura de laboratórios e a disponibilidade de equipamentos, 27,7% e 25,1%, respectivamente. Neste aspecto é fundamental proceder a desagregação dos dados por Centro/Campus para avaliar se as respostas apresentam algum viés por conta do estágio do aluno e, se, de fato, essa é uma questão observada em todos os cursos.

A avaliação dos alunos a respeito estruturas das clínicas, bibliotecas e ambulatórios evidencia a necessidade de se adequar as questões de modo a evitar que haja confusão entre o acervo bibliográfico e a estrutura física em si da biblioteca, por exemplo. Além desse aspecto, a insatisfação registrada por um grande número de aluno pode indicar a ocorrência de uma situação crítica ocasional ou a inexistência de clínicas e ambulatórios em razão da proposta didático pedagógica. Chama atenção o fato de apenas 28% dos alunos considerarem “satisfatória” as condições das clínicas e ambulatórios. A indisponibilidade de clínicas e ambulatórios parece algo estranho, sobretudo, se o projeto didático pedagógico do curso prevê, como sugerem 15% dos alunos.

